

A POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO FEMININA A PARTIR DOS PROGRAMAS SOCIAIS: O BOLSA FAMÍLIA E O PRONATEC

Lisiany Dantas Lopes Teixeira

Universidade Federal do Piauí/Programa de Pós-Graduação em Educação

lisianydantas1@hotmail.com

RESUMO:

Este trabalho resulta de uma investigação das relações da temática educação e gênero dentro de uma dimensão histórico-política, associada aos programas sociais, o Pronatec e o Bolsa Família. Trata-se especificamente de apontar indícios de autonomia feminina na sociedade contemporânea como também discutir em que medida suas contribuições vem provocando mudanças na vida política, histórica-social brasileira e piauiense, ao exigir articulação mais profunda com os Direitos Humanos. Seu horizonte conceitual, retrata a história de lutas e avanços do movimento feminista na contemporaneidade, organizado em busca da visibilidade das mulheres e da igualdade de oportunidades entre o “ser feminino” e o “ser masculino”, ao revelar o inconformismo frente às desigualdades sexuais herdadas do patriarcado. Os grupos inconformados com o poder patriarcal instituído na sociedade, resolveram unir forças e lutar pelos seus ideais, ao questionar a estrutura social vigente como os mandos e desmandos do capital e a cristalização do poder como sendo atribuição eminentemente masculina. A autonomia feminina vem servindo de ferramenta analítica para rupturas nesse processo de opressão, desrespeito, preconceito, inferioridade e exclusão ao exercício do poder em instâncias decisórias, na medida em que minimiza o fragmentar do bem-estar humano e busca romper com as inércias sociais que provocam desequilíbrios e ausência de liberdades entre as pessoas.

Palavras-chave: Mulheres, Bolsa Família, PRONATEC, Indícios de Autonomia.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa promover uma reflexão teórica a partir do estudo de gênero associado aos programas sociais, possibilitando ao leitor identificar indícios de autonomia feminina através de discussões e análises das relações entre homens e mulheres, motivadas por ações político-ideológicas que visam articular ligações entre a história do passado e do presente, compreendendo o modo como a mulher na atualidade vêm influenciando o grupo social em que está inserida.



Pretendemos através de um resgate histórico levantar indagações sobre a transformação da luta feminina pela minoração das disparidades sociais, políticas e econômicas entre pessoas, homens e, sobretudo, mulheres. Foi ao longo do século XX, que o estudo de gênero atingiu seu ápice (na década de 1960), quando uma crescente demanda feminista configurava-se sincronicamente pelo mundo. Destacamos os Estados Unidos, onde ocorreu o “constructo” de forte tradição acerca da história de lutas femininas em prol dos direitos civis e políticos.

O “inconformismo” de algumas mulheres estimulou o questionamento da ordem patriarcal, causando modificações na sociedade como: o direito de adquirir e gerar conhecimento, o aumento da quantidade de mulheres com acesso à educação superior e ao mercado de trabalho; bem como a expansão do uso de anticoncepcionais eficazes e acessíveis à população feminina.

Nosso foco, está voltado para mulheres residentes no Bairro Santo Antônio, periferia urbana da zona sul de Teresina-Piauí, todas são participantes do Programa Bolsa Família (PBF), regulamentado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e egressas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pela Lei nº 12.513/ 2011 (BRASIL, 2012).

Ao PBF compete à obrigatoriedade de garantir aos pobres e aos extremamente pobres uma transferência monetária de combate à subalimentação e ao pauperismo, favorecendo a promoção das famílias em maior insuficiência de renda do país; ao PRONATEC mencionamos as possibilidades de qualificação, ampliação da aprendizagem dos usuários, sua coordenadoria está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Para participação no PBF os usuários deverão estar inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais e ter renda per capita no valor máximo de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais), neste perfil de renda a pessoa é considerada pobre. Àqueles cuja renda per capita da família é de até R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) estão inseridos no perfil inferior ao alinhamento da pobreza.

Registra-se que para participar do PRONATEC, é necessário ter idade mínima de 16 anos, com prioridade aos cadastrados em circunstância extrema de pobreza, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada.

Teresina atualmente possui 19 Centros de Referência da Assistência Social, que são unidades sócio assistenciais conectadas à Política Nacional de Assistência Social que, como um



todo, atende regularmente às pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e mulheres que estejam em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal.

Estão subordinados aos CRAS, os Núcleo de Atenção Intergeracional (NAI), espaços de atendimento socioeducativo, que funcionam como importante utensílio de integração social, onde se desenvolvem cursos profissionalizantes, atividades recreativas, esportivas, culturais, artísticas e de lazer.

Nosso estudo empírico ocorreu no NAI KM 07. Traçamos uma amostra representativa construída por 06 (seis) mulheres que cumprissem os seguintes critérios: ser beneficiária do programa Bolsa-Família, ser egressa do PRONATEC, ter baixo nível instrucional e ser acompanhada pelas equipes dos CRAS.

Definimos o seguinte problema de pesquisa: a inclusão de mulheres do Bairro Santo Antônio no Programa Bolsa Família e no PRONATEC, na área de abrangência do CRAS Sul III de Teresina-PI, apresenta-se como possibilidades de autonomia para elas?

A partir desse questionamento definimos o objetivo geral desta pesquisa: analisar as possibilidades de autonomia da mulher assistida pelos Programas Bolsa Família e PRONATEC na área de abrangência do CRAS Sul III de Teresina. Os objetivos específicos foram: caracterizar o perfil das mulheres no contexto histórico, político e social do Bairro Santo Antônio de Teresina; compreender as motivações que as impulsionaram ingressar nos Programas Bolsa Família e PRONATEC; identificar indícios de autonomia das mulheres pesquisadas ao participarem destes Programas.

2. TRAJETOS ENTRECruzADOS NA PESQUISA

A investigação de natureza qualitativa adotada possibilitou ouvir livremente a opinião do grupo de mulheres investigadas sobre a discussão de gênero e sua relação com os programas sociais na atualidade. Consoante Bortoni-Ricardo (2008) a pesquisa qualitativa procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um dado contexto. Portanto, essa abordagem se aplica de forma adequada, por ser caracterizada como tentativa de uma compreensão detalhada dos



significados e características situacionais apresentadas pelos sujeitos (RICHARDSON, 1999; MELUCCI, 1997).

O método autobiográfico, utilizando as Histórias de Vida como técnica de pesquisa, junto com as técnicas da entrevista narrativa semiestruturada e as rodas de conversa nos possibilitaram alcançar as intenções aspiradas.

Ao repertório destas informações como complemento, as fontes bibliográficas e documentais também constituíram as estratégias metodológicas dispostas por nós. Foram analisadas as fichas cadastrais das integrantes, além de consultas frequentes à internet, em busca de informações e de dados estatísticos que pudessem fomentar o trabalho, a exemplo do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ressaltamos que o percurso da análise de dados seguiu as recomendações da obra de Laurence Bardin (2011, p. 259), ao explicitar que o método da análise de conteúdo beneficia o estudo “[...] das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências” dos sujeitos abordados na pesquisa levando em consideração o seu prestígio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Historicamente, a cidade de Teresina sofreu um forte impacto no seu processo de urbanização. Nas décadas de 1960 e 1970, houve um acelerado crescimento da população, instigado, sobretudo, pelo movimento migratório do campo para a cidade. Após um levantamento realizado pela Prefeitura municipal dessa capital foi constatado que 43,20% de seus habitantes em 1980, não eram naturalizados teresinenses. Muitos moradores vinham tanto do interior do Piauí, quanto dos Estados do Maranhão e Ceará; esse movimento concatenou-se com a urbanização da pobreza. (Perfis dos Bairros, Prefeitura Municipal de Teresina, 2015).

Em 1990, dez anos depois do início da migração já foi possível constatar que mais da metade da população teresinense vinha de outras áreas do estado do Piauí. Junto com os migrantes veio o aprofundamento dos problemas da cidade, decorrentes de um processo de urbanização que não foi planejado, gerando como consequência, o agravamento socioeconômico e espacial dos sujeitos do universo urbano dessa capital.



Em análise Matos (1995) explica que as favelas da zona sul de Teresina surgiram, principalmente, no entorno dos conjuntos habitacionais já existentes, essa realidade contribuiu para a expansão da região. Detalhando ainda melhor esse aspecto, Lima (2003, p.123) registra que “[...] a Zona Sul abriga o segundo bairro com maior concentração de núcleos favelados da cidade, o Santo Antônio, sendo rodeado por 33% do número de favelas da região e 10,73% compõem o total de assentamentos.

Entendendo que a cidade é um espaço onde se materializam as práticas sociais e as representações de seus diversos sujeitos em interação, onde se cria e recria a imagem das pessoas, o padrão de vida das mulheres entrevistadas se expressa incessantemente, pela busca de sobrevivência, resultando das condições de desemprego vivenciadas no seio da família, traduzindo a situação de pobreza enraizada na teia urbana. Neste sentido, afirma Lobo (1994), que a vida urbana é uma construção de práticas sociais que acontece, tanto nos espaços privados, quanto nos espaços públicos, constituindo-se por meio do cotidiano e das formas culturais que cada um vivencia.

Para Lima (2003, p.141):

A maior parte das famílias pobres das favelas e vilas portam experiências marcadas pela incerteza, a flutuação em trabalhos temporários, os longos períodos de ociosidade, entrecortados por pequenos “bicos” e pela sociabilidade restrita ao universo familiar.

Com essa fala, a autora retrata o distanciamento existente entre as famílias pobres e o mundo externo que dispõem para sobreviverem. Evidencia-se que, individual ou coletivamente, as dinâmicas de vida desses moradores ocorrem de modo simples, em sua maioria, através de contatos diretos e imediatos no dia-a-dia com os membros da própria família e com seus vizinhos; desvelando uma faceta da condição de pobreza, ao referenciar os locais e espaços da comunidade como sendo, majoritariamente, a extensão das suas relações sociais e geográficas.

Quando indagadas sobre a inclusão no mercado de trabalho, apenas uma entrevistada ressaltou que em sua casa mesmo trabalha informalmente com a venda de seus “crochês” e “coisinhas”, como denominou a venda de panos de pratos, bijuterias, fivelas de cabelo e depósitos de plásticos, a fim de complementar o orçamento da família.

Sua fala apresenta uma interlocução com as palavras de Lima (2003), ao ponderar que a vida econômica dos pobres se materializa através de experiências adquiridas, na maioria das vezes, no



próprio lugar onde moram por meio de trabalhos informais, alcunhado pela autora de “bicos”, dos quais tiram a sua sustentabilidade e a de suas famílias.

As mulheres pesquisadas se incluem na faixa etária compreendida entre 28 e 56 anos. Destas, apenas uma está no estrato mais jovem, 28 anos; entre 34 e 37 anos estão três participantes; e duas entrevistadas coincidentemente possuem 56 anos. A maior parte dos arranjos familiares (5 casos) conserva o modelo da família conjugal, das quais cinco (5) entrevistadas declararam viver em famílias consideradas nucleares (cônjuges e filhos) e apenas uma (1), é solteira, membro de uma família extensa (mãe, filho e sobrinha). O número de filhos variou entre 1 e 3. Em relação à escolaridade, quatro cursaram o ensino médio e duas, apenas o ensino fundamental. O número de membros das famílias das interlocutoras varia de 03 a 07 pessoas em cada domicílio.

Apenas uma das participantes não possui casa própria, as demais já lograram a realização desse sonho, todavia, nenhuma delas conquistou moradia através do acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida. Seus depoimentos revelaram as marcas da pobreza ao expressar as condições de moradia em terrenos estreitos, casas construídas abaixo do nível da rua, de alvenaria e sem reboco. Todas as entrevistadas comunicaram estar desempregadas no momento da entrevista, não possuindo vínculo com o mercado de trabalho formal.

Ressaltamos ainda que, na construção do perfil apresentado apenas uma (1) participante é estudante e todas as demais são donas de casa. Do total de entrevistadas, três já exerceram atividades profissionais nas áreas de cabeleireira, vendedora e auxiliar de produção num período compreendido entre 10 e 14 anos atrás. No tocante ao rendimento familiar proferido, verificamos durante as entrevistas que a variação financeira entre as partes registrou sobreviverem com renda familiar salarial equivalente a R\$ 500 e R\$ 1.600 reais.

As mulheres entrevistadas complementaram ainda que *sine labore* fica muito difícil mudar a realidade vivenciada, já que o trabalho é tido como a promoção de um sonho (e para muitos um sonho inalcançável) encarado como um direito de se integrar na vida social, ao consumo e ter um futuro menos difícil.

Entendemos que a opinião de Kuenzer (2005) é bastante enriquecedora quando se discute questões como esta, pois é condição *sine qua non* para construirmos sociedades fundadas nos valores e princípios da igualdade, da solidariedade e da generosidade humana, oferecer às pessoas



processos educacionais capazes de possibilitar uma leitura crítica da realidade, que muitas vezes é embrutecedora e mutiladora da vida e que são oriundas da própria sociedade capitalista.

As relações atuais de gênero ainda expressam com força os estereótipos que simbolicamente apontam para a subordinação da mulher em relação aos homens, ainda hoje está muito presente na sociedade o tradicional destino de casar-se, de ter filhos, de formar uma família como uma finalidade única de vida, considerada para a maioria das pessoas símbolo de felicidade e realização para as mulheres.

O Fórum Econômico Mundial esclarece que é necessário fazer entender que a divisão sexual do trabalho, não deve assumir ares de algo que é natural, desconstruindo inclusive a ideia de que o mercado é sexualizado, o que serviu para ocultar o trabalho das mulheres durante muito tempo. Bruschini (1985, p.2) complementa dizendo que, “[...] mais do que o homem, a mulher tem sua participação no trabalho remunerado possibilitada ou constrangida, em maior ou menor escala, por vários motivos: idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, ciclo de vida familiar, localização rural ou urbana”.

Apenas uma das entrevistadas se coloca no papel de chefe de família, mesmo que parcialmente, ao proferir ser ela e o marido os responsáveis pelas decisões que afetam a família, porém complementou ter o esposo mais autoridade do que ela. Todas as outras interlocutoras pesquisadas relataram que o comando ou gerenciamento parental em seus lares advém dos cônjuges.

É comum observarmos que aqueles que ficam fora do mercado de trabalho, principalmente as mulheres, filhos e filhas jovens, reconhecem quase que exclusivamente o homem como o provedor da família, cuja autoridade e capacidade de autonomia estão vinculadas à pessoa que ganha o dinheiro. Isso mostra como o dinheiro e as relações de poder revelam perspectivas feministas desiguais em relação ao estudo de gênero.

Pressupomos que o Programa Bolsa Família para as participantes desse estudo representa a “possibilidade de melhorar um pouco de vida”, diante das limitações e restrições no acesso ao mercado de trabalho, sendo o PBF “uma via para ganhar dinheiro e garantir, pelo menos a melhoria da segurança alimentar” de suas famílias, já que vivem num contexto de desemprego, uma forte motivação que levou-as a buscar inserção nesse Programa de Transferência de Renda. No município



de Teresina, segundo levantamento realizado junto ao site do MDS, 96% das famílias participantes do PBF apresentou as mulheres como chefes de suas famílias.

A admissão nos cursos do PRONATEC, representa o alcance da realização de um sonho, além da busca da oportunidade de conquista ao mercado de trabalho, porque segundo uma integrante do grupo pesquisado, “ficaria ainda mais difícil de realizar um curso se não fosse o PRONATEC, porque os cursos são tão caros e a gente não pode pagar”.

Sua fala aspira as barreiras que os pobres enfrentam para sobreviver aos embaraços do cotidiano, como consequência das limitações econômicas enfrentadas, representando os impedimentos para o acesso à qualificação decorrente dos baixos rendimentos.

Este aspecto não difere do perfil geral da população brasileira, no qual geralmente o critério renda relaciona-se diretamente com a questão da escolaridade, pois no universo em que predomina a baixa renda, registra-se ainda um agravante, os ganhos das mulheres brasileiras são mais baixos revelando as expressões de assimetria e suas negativas implicações frente às desigualdades econômicas.

Desse modo, a Educação Profissional no Brasil inspira preocupações, pois tem se fundado como uma modalidade de ensino cômada às propostas de incremento econômico-social, objetivando prover o processo de mão de obra técnica e especializada ao mercado de trabalho, criando nos jovens a expectativa de acesso a este mercado. Tal perspectiva tem provocado diversos debates no que se reporta às políticas públicas que consolidam as modalidades de oferta da Educação Profissional.

Detém Oliveira (2007, p. 82-83) que “[...] o quadro de desemprego aparece como forte agente disciplinador da força de trabalho, levando o trabalhador a sujeitar-se às formas mais precárias de emprego, a aceitar intenso ritmo de trabalho e comprometer-se com os fins da empresa”. Esse contexto desvela uma Educação Profissional reorientada para formar trabalhadores que tenham status de polivalente, ou seja, capazes de realizar uma multiplicidade de tarefas, com habilidades múltiplas; capacitados para enfrentarem os imprevistos e abertos à inovação e ao desenvolvimento adequado para a gestão do próprio processo produtivo.



Isto nos conduz a um olhar cauteloso ao discurso que conecta educação e empregabilidade, conceituando-a como a habilidade do indivíduo em manter-se empregável e ser responsável pela própria formação e obtenção de trabalho, pois temos consciência de que o campo educativo, isoladamente, não suscita emprego e renda, impetrando mudanças estruturais no sistema e políticas de redistribuição de renda.

4. REFLEXÕES FINAIS

As marcas causadas pelo modelo de sociedade patriarcal (ainda vigente) precisam ser modificadas numa escala maior, pois suas características de relações desiguais e hierárquicas, ameaçam a paz e a liberdade humana, provocando situações em que a figura do pai na maioria das vezes ainda se coloca como autoridade suprema, o detentor absoluto do poder econômico e da tomada de decisão em relação aos demais membros da família.

A história recente da sociedade vem apontando as estratégias e os avanços do itinerário das lutas e das conquistas alcançadas pelas mulheres. Nesse sentido, o estudo de gênero é um grande desafio, porque engendra a superação das relações que corroboram com a estratificação da sociedade, ao discutir propostas de políticas de inclusão social que enfrentem as desigualdades.

Diante disto, Carvalho (2009) sublinha que a masculinidade hegemônica não tem um caráter fixo igual em qualquer tempo ou lugar. É uma masculinidade que ocupa a posição hegemônica em um dado padrão de relações de gênero, sendo esta posição sempre contestável.

As análises encontradas nesse estudo nos permitiram constatar um pequeno salto qualitativo na oferta do PBF, tanto a partir do ponto de vista de autores que discutem o assunto como também com base nos resultados alcançados na empiria. Tal realidade evidenciou-se na medida em que as falas das mulheres entrevistadas revelaram os impactos positivos, traduzidos no alívio do sofrimento do cotidiano em decorrência do valor financeiro recebido, que entre outras finalidades, auxilia o melhoramento das suas fontes de renda, ao contribuir com a diminuição da fome, com a redução da pobreza.

Não obstante, temos consciência de que há muito ainda a ser discutido, pois os Programas de Transferência de Renda (PTR) não foram capazes, até agora, de abolir a pobreza de cidadãs e cidadãos brasileiros (os). Outro aspecto importante de mencionar é que a possibilidade de inclusão da população nos programas está condicionada à alíquota de cada município, dessa forma, limita-se



à inserção de novas famílias que também necessitam do benefício, não sendo possível garantir o direito de participação a todos àqueles que se encontram no perfil socioeconômico exigido.

Em tese, aos PTR ergueu-se uma estrutura de caráter assistencial destinada aos não inseridos no mercado de trabalho e, por isto, são merecedores de proteção. Por outro lado, esse direito de “proteção” não é universalmente garantido, como já relatamos, pois não inclui todos aqueles que estão dentro de um recorte de renda exigido para o ingresso no programa; outro elemento que podemos apontar é que àqueles que conseguem ser beneficiários recebem através da transferência de renda um valor muito baixo, não garantindo aos participantes a transformação da realidade em que estão inseridos. Isto nos leva a crer que a sua proposição pode estar mais vinculada à questões como: o controle e a administração da pobreza (elementos de manutenção da lógica capitalista), aspecto gerador de controle social aos pobres, do que à própria superação

Sobre o PRONATEC, um importante achado do estudo pontua que este programa oportunizou o retorno à sala de aula, a melhoria da autoestima uma vez que as participantes entraram em contato com novos conhecimentos, com outros espaços externos ao bairro Santo Antônio, gerando um conceito novo e positivo de si mesmas ao estarem descortinando novos horizontes e aprendendo saberes antes desconhecidos. Além disso, a participação nos cursos causou a expectativa de inclusão no mercado de trabalho para o conjunto empírico, mas de fato não foi o que ocorreu, pois mesmo após a participação nos cursos todas as interlocutoras estavam desempregadas.

Assim, é nosso desejo contribuir para a ampliação dos debates de gênero, condição indispensável para a construção de um mundo onde as pessoas sejam mais justas e conscientes. Afinal, a violência contra a mulher não é um fato atual, ao contrário, é tão antigo quanto à existência da humanidade, o que é novo e muito recente é a inquietação para superar esta violência.

Desse modo, esperamos que esta produção engendre a conquista de novos estudos, ao sinalizar horizontes distintos que tenham como convergência a igualdade, a paz e a valorização das pessoas, do modo singular ao geral, possibilitando o protagonismo nos espaços sociais, excepcionalmente nas escolas, ao aprimorar a ideia de que todo espaço público é um espaço de poder, capaz de transgredir limitações e estimular o rompimento do padrão excludente e regressivo cristalizado na fundamentação dos rompimentos do padrão excludente e regressivo cristalizado na fundamentação das normas sociais consolidadas.



REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. **Teresina: perfil dos bairros**. Teresina: SEMPLAM, 2015.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher**. São Paulo: Nobel, 1985.

CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes; LIMA, Antônia Jesuíta. O Sistema de Proteção Brasileiro e a Política de Assistência Social. In: GUIMARÃES, Simone de Jesus; CONNELL, Robert. **Educação e realidade**. São Paulo: 2009, p. 183 - 206.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS- DIEESE. **A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho**. [s.l.: s.n.], 2004. Disponível em: < .pdf
http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/mulher_chefe >. Acesso em: 21 Set. 2015.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005. p. 77- 59.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003. 396 p.

LOBO, Elisabeth S. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo Social**. São Paulo, v.4, n. 1-2, p. 7-16, 1994.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

MATOS, Maria. De F. A. Localização e caracterização da pobreza urbana na Grande Teresina. **Carta Ceipro**. Teresina. v. 16, n. 1, p. 9-31, 1995.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 3-1, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. **Cadernos ABONG**, São Paulo, v. 9, n. 8, p. 9-19, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Ruth; PIRES, Hindenburg da Silva. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo. Scipione, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Bolsa Família: apresentando e problematizando sua proposta. In: **O Bolsa Família no Enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008. p. 23-55.